

Atlântico
Concessionária de
Transmissão de
Energia do Brasil
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A companhia

A ACTE é uma Companhia privada de capital fechado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Xinguara, no estado do Pará.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A ACTE foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	72,13
Tensão em kV:	230/138
Subestações próprias/ acessadas:	3

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL, através de resoluções normativas foi de R\$ 16.542.094,23 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e 12.778.522,51 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	15,70	13,20
• Liquidez corrente	22,87	11,63
• Relação patrimônio líquido/ativo	93,63%	92,42%
• Relação passivo não circulante/ativo	4,86%	5,21%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	10,37%	8,19%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	10,41%	8,40%
Ativos totais – R\$	122.969.505	111.751.281
Lucro Líquido do exercício – R\$	11.939.650	8.454.191

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA

DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

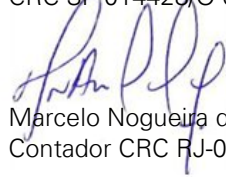
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.771.734	19.152.462
Concessionárias e permissionárias	6	2.007.139	1.328.054
Contas a receber - partes relacionadas	20	366.128	1.063.689
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.929	168.816
Outros impostos a recuperar		26.459	32.806
Ativos de contrato	7	8.766.483	6.676.928
Outros ativos circulantes	8	2.338.281	2.329.181
		<u>42.278.153</u>	<u>30.751.936</u>
Ativo não circulante			
Ativos de contrato	7	80.118.170	80.351.823
Imobilizado		537.982	602.722
Intangível		35.200	44.800
		<u>80.691.352</u>	<u>80.999.345</u>
Total do ativo		<u>122.969.505</u>	<u>111.751.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		274.835	246.527
Fornecedores partes relacionadas	20	420.965	1.341.589
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	185.495	104.681
Outros impostos a pagar	9	402.925	368.300
Taxas regulamentares	10	117.570	357.482
Dividendos propostos	13	83.398	-
Outros passivos circulantes		363.445	225.072
		<u>1.848.633</u>	<u>2.643.651</u>
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	12	5.981.937	5.824.946
		<u>5.981.937</u>	<u>5.824.946</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	13	106.443.446	106.443.446
Reserva Legal		438.944	-
Reserva de lucros		8.256.545	
Prejuízo acumulado		-	(3.160.762)
		<u>115.138.935</u>	<u>103.282.684</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>122.969.505</u>	<u>111.751.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	14	17.025.466	13.283.144
Custo da operação	15	<u>(3.309.152)</u>	<u>(2.841.793)</u>
Lucro bruto		<u>13.716.314</u>	<u>10.441.351</u>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.449.500)	(1.392.925)
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas	17	<u>(279.037)</u>	<u>(367.776)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>11.987.777</u>	<u>8.680.650</u>
Resultado financeiro	18	<u>959.988</u>	<u>275.128</u>
Receita financeira		1.049.479	384.798
Despesa financeira		<u>(89.491)</u>	<u>(109.670)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>12.947.765</u>	<u>8.955.778</u>
IRPJ e CSLL correntes	19	(936.268)	(479.089)
IRPJ e CSLL diferidos	19	<u>(71.847)</u>	<u>(22.498)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>11.939.650</u>	<u>8.454.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	<u>11.939.650</u>	<u>8.454.191</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>11.939.650</u>	<u>8.454.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucro líquido (prejuízos)/ acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	86.443.446	20.000.000	-	-	(11.614.954)	94.828.493
Integralização de capital (Nota explicativa 13)	20.000.000	(20.000.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.454.191	8.454.191
Saldo em 31 de dezembro de 2020	106.443.446	-	-	-	(3.160.763)	103.282.683
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.939.650	11.939.650
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 13)	-	-	438.944	-	(438.944)	-
Constituição de reserva de retenção de lucro (Nota explicativa 13)	-	-	-	8.256.545	(8.256.545)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 13)	-	-	-	-	(83.398)	(83.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	106.443.446	-	438.944	8.256.545	-	115.138.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		12.947.765	8.955.778
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variação cambial sobre empréstimos			
Depreciação e amortização		100.512	72.495
Provisão para perda de crédito esperada	6	(10.590)	(7.878)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(668.495)	283.262
Contas a receber - partes relacionadas		697.561	(969.663)
Ativo de contrato	7	(1.855.902)	(626.916)
Estoques		(476.803)	(306.112)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		166.888	(166.888)
Outros impostos a recuperar		6.348	(10.196)
Adiantamentos a fornecedores		(10.203)	15.146
Outros ativos		477.904	(149.737)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(892.317)	245.343
Tributos e contribuições sociais		476.542	838.723
Taxas regulamentares		(239.912)	69.783
Outros passivos		138.373	28.677
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(535.134)	(560.536)
Outros impostos pagos		(677.094)	(755.537)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		9.645.443	6.955.744
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(26.171)	(360.405)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(26.171)	(360.405)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		-	--
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		9.619.272	6.595.339
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.152.462	12.557.123
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		28.771.734	19.152.462

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2010 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Pará.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de setembro de 2013, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Mudança na participação acionária

Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.2 Da concessão

No dia 22 de dezembro de 2010 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 016/2010, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão no Estado do Pará:

- (i) Pela linha de transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 79 km, origem na Subestação Integradora e término na Subestação Xinguara; Subestação Xinguara em 230/138 kv - 150 MVA; Subestação Carajás em 230/138 kv - 2 x 100 MVA.
- (ii) Entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

1.3 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$6.420.440 (seis milhões, quatrocentos e vinte mil e quatrocentos e quarenta reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 12.778.522,51 (doze milhões, setecentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 16.542.094,23 (dezesesseis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, noventa e quatro reais e vinte e três centavos) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.4 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde

Impacto nas demonstrações financeiras

Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na receita decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico e etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,8% em 2020 e 0,8% no exercício de 2021, nos montantes de R\$32.024 (trinta e dois mil e vinte e quatro reais) e R\$ 37.941 (trinta e sete mil, novecentos e quarenta e um reais), respectivamente, patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2022.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.

a. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1.000	1.000
Bancos	435.545	1.683.113
Aplicações financeiras (i)	<u>28.335.189</u>	<u>17.468.349</u>
	<u>28.771.734</u>	<u>19.152.462</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva que era relativa ao empréstimo do BNDES em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Este Fundo ainda não foi resgatado pois o BNDES não havia emitido o Termo de Quitação. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em 2021 de 101,84% do CDI.

- (i) Variação refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2021 em função principalmente do reajuste anual de RAP (correção da inflação e revisão tarifária com aumento de 16,67%).

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer (i)	1.902.010	1.294.592
Vencidas até 30 dias	97.364	201
Vencidas até 60 dias	109	180
Vencidas até 90 dias	113	103
Vencidas há mais de 90 dias	14.441	50.467
	2.014.037	1.345.543
(-) Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	<u>(6.898)</u>	<u>(17.489)</u>
	<u>2.007.139</u>	<u>1.328.054</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento de rede de fronteira de acordo com a planilha da ONS e faturamento de CCT devido a novos contratos comparados a dezembro de 2020

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	<u>(17.488)</u>	<u>(25.367)</u>
Reversão de provisão	18.857	16.475
Complemento de provisão	<u>(8.267)</u>	<u>(8.597)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(6.898)</u>	<u>(17.489)</u>

7 Ativos de contrato

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	8.766.483	6.676.928
Não circulante	80.118.170	80.351.823
	88.884.653	87.028.751

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	86.401.835
Receita de construção	(1.460)
Receita de O&M	6.143.284
Receita de remuneração	7.168.204
Recebimentos	(12.579.564)
Imobilizado em curso	(103.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	87.028.751
Circulante	6.676.928
Não circulante	80.351.823
Saldo em 31 de dezembro de 2020	87.028.751
Receita de construção (i)	-
Receita de O&M (ii)	6.378.728
Receita de remuneração (iii)	7.242.257
Recebimentos (iv)	(11.288.280)
Imobilizado em curso	(476.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88.884.653
Circulante	8.766.483
Não circulante	80.118.170

- (i) Valor refere-se a encerramento de projeto de reforço SE Xinguara- ACTE
- (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção
- (iii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração
- (iv) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL dentro do próprio ano de homologação da RAP, respeitando o princípio da competência.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.

- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

8 Outros ativos circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Estoques	2.423.706	1.946.902
Despesas pagas antecipadamente	42.830	144.746
Dispêndios a reembolsar (i)	(177.864)	200.900
Adiantamentos a fornecedores	17.451	7.247
Outros	32.158	29.386
	<u>2.338.281</u>	<u>2.329.181</u>

(i) Valor refere-se a sinistro veicular recebido no exercício de 2021

9 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	96.394	66.061
CSLL	89.101	38.620
	<u>185.495</u>	<u>104.681</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS	9.998	7.020
COFINS	49.005	35.263
ISS	228.275	227.773
INSS	90.337	79.467

	31/12/2021	31/12/2020
Outros	<u>25.310</u>	<u>18.777</u>
	<u>402.925</u>	<u>368.300</u>

10 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	19.336	18.557
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	9.040	7.478
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	<u>89.194</u>	<u>331.447</u>
	<u>117.570</u>	<u>357.482</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 34.037 (trinta e quatro mil e trinta e sete reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 67.362 (sessenta e sete mil e trezentos e sessenta e dois reais).

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

11 Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” ou “possível” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

12 Impostos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
IR Diferido	1.777.693	1.731.039
CSLL Diferido	959.954	934.761
Pis Diferido	577.750	562.588
Cofins Diferido	2.666.540	2.596.558
	5.981.937	5.824.946

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 106.443.446 (cento e seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) dividido em 106.443.446 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100,00%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	11.939.650	8.454.191
Absorção de prejuízo	(3.160.763)	(11.614.954)
Base para reserva legal	8.778.887	(3.160.763)
Reserva legal (5%)	(438.944)	-

	31/12/2021	31/12/2020
Base de cálculo para os dividendos	<u>8.339.943</u>	<u>(3.160.763)</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>83.398</u>	<u>-</u>

14 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	<u>18.303.039</u>	<u>14.295.793</u>
Receita de operação e manutenção (i)	6.378.728	6.143.284
Remuneração do ativo de contrato (i)	7.242.257	7.168.204
Receita de construção (ii)	-	(1.460)
Outras receitas (iii)	<u>4.682.054</u>	<u>985.765</u>
Deduções da receita operacional	<u>(1.277.573)</u>	<u>(1.012.649)</u>
PIS	(118.965)	(92.242)
COFINS	(549.071)	(425.777)
RGR	(403.771)	(319.669)
P&D	(147.779)	(125.793)
TFSEE	<u>(57.987)</u>	<u>(49.168)</u>
	<u>17.025.466</u>	<u>13.283.144</u>

- (i) O reconhecimento da receita baseia-se no reconhecimento do direito adquirido de receber as RAPs reajustadas via homologação da ANEEL dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o ano da homologação em si um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamento de inflação.

Dessa forma, o alto patamar atingido pela inflação ao longo de 2021 trouxe impacto representativo na RAP homologada para o ciclo 2021-2022 e, por conseguinte, a Companhia considerou como razoável reconhecer a diferença entre a RAP projetada no modelo (a uma inflação mais baixa) e a RAP do ciclo atual homologada pela ANEEL, dentro do próprio exercício.

- (ii) Valor refere-se a encerramento de projeto de reforço SE Xinguara- ACTE
- (iii) Variação refere-se a revisão do segundo ciclo de revisão tarifária no ano de 2021, que aumentou a RAP da Companhia total em 29,5%

15 Custo da operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal (i)	(1.755.474)	(1.585.887)
Serviços de terceiros	(413.996)	(384.033)
Arrendamentos e alugueis	(63.644)	(68.204)
Seguros	(105.362)	(85.806)
Custo de Construção	-	7.562
Custo de operação e manutenção (ii)	(547.153)	(387.127)
Gastos diversos serviços de O&M	(237.881)	(258.448)
Outras	<u>(185.642)</u>	<u>(79.850)</u>
	<u>(3.309.152)</u>	<u>(2.841.793)</u>

- (i) Valor refere-se a admissões de novos colaboradores e mudança de premissa na provisão de bônus
- (ii) Variação referente à implementação dos projetos de melhoria de combate a incêndio e substituição do banco de baterias.

16 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal (i)	(1.014.875)	(996.276)
Serviços de terceiros (ii)	(353.514)	(226.044)
Arrendamentos e aluguéis	(65.195)	(54.635)
Provisão	2.577	(6.536)
Tributos	(1.971)	(2.776)
Outros (iii)	<u>(16.522)</u>	<u>(106.658)</u>
	<u>(1.449.500)</u>	<u>(1.392.925)</u>

- (i) Variação refere-se a aumento no quadro de funcionários da companhia e mudança de premissa no cálculo do bonus.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a aumento em consultoria e assessoria e no rateio 699 das Companhias do grupo.
- (iii) Variação refere-se a baixa de fornecedores prescritos em 2021.

17 Outras receitas e despesas operacionais

Neste grupo apresentamos as atividades não vinculadas a concessão

	31/12/2021	31/12/2020
Renda na prestação de serviços	276.664	113.838
Tributos sobre a Receita	(24.422)	(5.095)
Pessoal	(68.028)	(72.121)
Serviços de terceiros	(257.119)	(257.711)
Gastos diversos serviços de O&M	(172.720)	(113.276)
Outros	<u>(33.412)</u>	<u>(33.411)</u>
	<u>(279.037)</u>	<u>(367.776)</u>

18 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	<u>1.049.479</u>	<u>384.798</u>
Receita de aplicação financeira (i)	1.012.884	382.516
Outras receitas financeiras	<u>36.595</u>	<u>2.282</u>
Despesa financeira	<u>(89.491)</u>	<u>(109.670)</u>
IOF, comissões e taxas	(72.158)	(59.193)
Multas	(2.103)	(42.289)
Outras despesas financeiras	<u>(15.230)</u>	<u>(8.188)</u>
	<u>959.988</u>	<u>275.128</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2021 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 5.

19 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	16.242.866	13.575.943
Base de cálculo (8%)	1.299.429	1.086.075
Outras receitas	<u>1.352.904</u>	<u>203.019</u>
Base de cálculo	<u>2.652.333</u>	<u>1.289.094</u>
IR devido	(639.083)	(316.274)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	-	6.210
(+) IR diferido / Outros	<u>(46.654)</u>	<u>(14.609)</u>
Total de IRPJ	<u>(685.737)</u>	<u>(324.673)</u>
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	16.242.866	13.575.943
Base de cálculo (12%)	1.949.144	1.629.113
Outras receitas	<u>1.352.904</u>	<u>203.019</u>
Base de cálculo	<u>3.302.048</u>	<u>1.832.132</u>
CSLL devida	(297.185)	(164.892)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	-	(4.133)
(+) CSLL diferido / Outros	<u>(25.193)</u>	<u>(7.889)</u>
Total de CSLL	<u>(322.378)</u>	<u>(176.914)</u>
Total de IRPJ/CSLL	<u>(1.008.115)</u>	<u>(501.587)</u>
Total IRPJ/CSLL corrente	<u>(936.268)</u>	<u>(479.089)</u>
Total IRPJ/CSLL diferido	<u>(71.847)</u>	<u>(22.498)</u>

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP

20 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

20.1 Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>366.128</u>	<u>1.063.689</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	356.128	1.053.689
Outros	10.000	10.000

20.2 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas	<u>420.965</u>	<u>1.341.589</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	400.317	1.316.576
Serviços de engenharia SGSE (ii)	20.648	18.989
Outros	-	6.024

20.3 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>(698.207)</u>	<u>(1.076.938)</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(401.431)	(768.673)
Serviços de engenharia SGSE (ii)	(236.163)	(257.711)
Aluguel (iii)	(60.613)	(50.554)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas.
- (ii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 17 de agosto de 2020 a ACTE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Energisa Pará e Energisa Pará II, na subestação de energia Xinguara II.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 21.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	<u>28.771.734</u>	<u>19.152.462</u>
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	20	366.128	1.063.689
Concessionárias e permissionárias	6	<u>2.007.139</u>	<u>1.328.054</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - terceiros		274.835	246.527
Fornecedores - partes relacionadas	20	420.965	1.341.589

21.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	28.771.734	19.152.462
Contas a receber – partes relacionadas	366.128	1.063.689
Concessionária e Permissionárias	2.007.139	1.328.054

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	136.937.803	136.937.803
Veículos	Carros	<u>104.372</u>	<u>191.838</u>
		<u>157.042.175</u>	<u>157.129.641</u>